

**EDUCAmazônia, Humaitá - Amazonas, Volume XIX, nº 1, jan-jul. 2026, p. 366-381.**

O RACISMO AMBIENTAL PRESENTE NAS ALAGAÇÕES DO RIO MADEIRA NA CIDADE DE HUMAITÁ-AM

ENVIRONMENTAL RACISM PRESENT IN THE FLOODING OF THE MADEIRA RIVER IN THE CITY OF HUMAITÁ-AM

Rozinete da Silva Souza¹
Vitória Mendonça Azevedo²
Welterley Soares de Oliveira³
Márcio da Costa da Silva⁴
Jordeanes do Nascimento Araújo⁵

Resumo: A pesquisa de campo realizada em Humaitá-AM analisou como as enchentes do Rio Madeira evidenciam o racismo ambiental. Moradores de bairros vulneráveis, em sua maioria negros e de baixa renda, relataram perdas de casas, móveis e condições de vida. Muitos citaram doenças como malária, falta de água potável, dificuldade de deslocamento e ausência de abrigos adequados. Os relatos mostram sentimento de abandono e falta de políticas públicas eficazes. A ajuda governamental aparece de forma tardia e insuficiente, reforçando desigualdades sociais e ambientais. Observou-se também infraestrutura precária, falta de saneamento e pouca atenção preventiva. A situação revela como desastres ambientais afetam de forma desigual populações marginalizadas. O estudo destaca a importância da justiça ambiental e da inclusão dessas comunidades nas decisões sobre seus territórios.

Palavras-chave: Enchentes, Racismo Ambiental e Vulnerabilidade Social.

¹ Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. Campus Vale do Rio Madeira.
Email rozisilva471@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. Campus Vale do Rio Madeira.
Email mendoncavitoria153@gmail.com

³ Graduando em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. Campus Vale do Rio Madeira.
Email soareswelterley@gmail.com

⁴ Graduando em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. Campus Vale do Rio Madeira.
Email marcioxxxzss@gmail.com

⁵ Professor da Universidade Federal do Amazonas. Campus Vale do Rio Madeira.
Email jordeanes@ufam.edu.br



Abstract: The field research carried out in Humaitá-AM analyzed how the floods of the Madeira River reveal environmental racism. Residents of vulnerable neighborhoods, mostly Black and low-income, reported losses of homes, furniture, and living conditions. Many mentioned diseases such as malaria, lack of drinking water, difficulty in transportation, and absence of adequate shelters. The reports show a feeling of abandonment and a lack of effective public policies. Government assistance appears late and insufficient, reinforcing social and environmental inequalities. Poor infrastructure, lack of sanitation, and little preventive action were also observed. The situation reveals how environmental disasters disproportionately affect marginalized populations. The study highlights the importance of environmental justice and the inclusion of these communities in decisions about their territories.

Keywords: Floods, Environmental Racism, and Social Vulnerability.



1 INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo descrever o conceito de racismo ambiental e as falas de moradores que sofrem o racismo ambiental no município de Humaitá-AM. Entende-se que o racismo ambiental no contexto de Humaitá-AM, é a exposição desigual de comunidades locais, muitas vezes compostas por populações tradicionais e de baixa políticas públicas eficazes, e à negligência do poder público em relação à proteção desses grupos. Assim confirma Monteiro, Santos, Souza e Vieira (2023, p. 117):

O termo "racismo ambiental" surgiu no cenário norte-americano durante a década de 1980, sobretudo entre as comunidades negras que debatiam as desigualdades sistêmicas em relação à localização de instalações poluentes em áreas habitadas majoritariamente por minorias étnicas. O caso emblemático de Warren County, na Carolina do Norte, onde foi proposta a instalação de um aterro tóxico em uma comunidade predominantemente negra, tornou-se um ícone desta problemática. Além de motivar significativos protestos, este caso se destacou como um marco inicial na luta contra injustiças ambientais nos EUA. Representando uma das primeiras grandes mobilizações em torno da justiça ambiental, evidenciou a necessidade de se forjar um conceito que englobasse essa desigualdade.

Evidencia-se que o termo “racismo ambiental” surgiu nos Estados Unidos durante os anos 1980, resultado de denúncias que foram feitas especialmente entre comunidades negras que viviam em áreas desfavorecidas. Essas comunidades, portanto, começaram a perceber e denunciar que instalações poluentes, como lixões, fábricas tóxicas e aterros industriais, eram frequentemente localizadas em bairros onde moravam pessoas negras ou de outras minorias étnicas.

Monteiro; Santos; Souza; Vieira (2023, p. 118), afirmam que “O racismo ambiental é uma manifestação e desdobramento do racismo estrutural, pois reflete a maneira como as desigualdades raciais se entrelaçam com questões ambientais, resultando em impactos desfavoráveis sobre determinados grupos raciais”. Com isso, o racismo ambiental é consequência da forma como o racismo está presente na sociedade. Esses grupos de pessoas que são considerados racialmente discriminados, como por



exemplo, negros, indígenas, ribeirinhos e periféricos, essas populações muitas vezes vivem em áreas com pouca infraestrutura, ficam expostas à poluição e não possuem acesso adequado à água potável. Como consequência, sofrem de forma mais intensa os impactos e problemas ambientais decorrentes dessas desigualdades. Por isso, entende-se que o racismo ambiental é quando comunidades racialmente marginalizadas sofrem desproporcionalmente com impactos ambientais negativos, como poluição e degradação.

Portanto, o racismo ambiental não se manifesta sozinho, mas está conectado com outras formas de desigualdades sociais. Existem diversos fatores que contribuem para a manifestação do racismo ambiental na sociedade, especialmente entre pessoas negras em situação de vulnerabilidade social, como a falta de fiscalização, a ausência de diálogo entre moradores e poder público, além da negligência estatal em relação às necessidades dessas comunidades. Neste pensamento, a ausência de órgãos fiscalizadores e a fragilidade das leis ambientais favorecem a atuação de atividades econômicas predatórias, que ignoram as comunidades locais e seus direitos.

A falta de políticas públicas voltadas para a proteção ambiental e para a garantia dos direitos das populações tradicionais contribui para a perpetuação do racismo ambiental. A ausência de mecanismos de participação social e de diálogo entre as comunidades e o poder público dificulta ainda mais a construção de soluções justas e sustentáveis para os problemas ambientais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A atividade foi desenvolvida por meio de uma visita de campo e de uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de investigar a presença do racismo ambiental nas alagações do rio Madeira, no município de Humaitá-AM. A ação teve duração de uma semana e contou com a participação de um grupo de estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A pesquisa foi delineada pela abordagem qualitativa, pois permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a proporem trabalhos que explorem novos sentidos e que de alguma forma irar trazer contribuições relevantes no estudo de alguns temas. Sendo assim, a pesquisa de abordagem qualitativa, segundo Minayo (2002, p. 21-22):



Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

Portanto, diferentemente da pesquisa quantitativa que foca em quantidade e análise de dados, a pesquisa de abordagem qualitativa se preocupa na realidade social que não são expressos em números, visa trazer significados, o porquê de determinada coisa, as motivações e as atitudes das pessoas que estão envolvidas nos estudos, se concentra em compreender os aspectos de um fenômeno ou grupo, nos ajuda a desenvolver ideias ou hipóteses. O trabalho teve início com a orientação do professor responsável pela disciplina “Relações Étnico-Raciais e Cultura Negra”, que forneceu um roteiro pré-elaborado de perguntas para conduzir as entrevistas. Em posse desse material, o grupo se dirigiu à área que foram afetadas pelas enchentes, onde foram realizadas entrevistas com moradores negros atingidos pelas inundações. Foram entrevistadas, ao todo, cinco moradores, sendo três do sexo masculino e dois do sexo feminino, com idade entre 24 e 45 anos. As entrevistas foram conduzidas com sensibilidade e respeito, buscando compreender as percepções das pessoas sobre o atendimento público recebido e as desigualdades enfrentadas durante o período das alagações. Os relatos foram registrados e posteriormente analisados, a fim de identificar possíveis manifestações de racismo ambiental no contexto estudado. As perguntas que foram elaboradas e entregues pelo professor para que a entrevista ocorresse foram as seguintes: Nome completo, Bairro em que reside, e a cor da pele? A quanto tempo você mora em Humaitá? Sempre morou no mesmo lugar com inundações? E quais são as doenças que aparecem com as alagações do bairro? Com as alagações do bairro, como vocês fazem para ter acesso a água tratada para consumo? Algum representante publicou ou criou algum tipo de projeto para melhorar a situação de vocês nesse tempo da cheia? Você recebe alguma ajuda da prefeitura para se manter no período da cheia? Se sim, quais? As enchentes afetaram a vida de vocês na questão da saúde/ trabalho? E você se imagina morando em algum lugar melhor? Um lugar que não alague todo ano?

Para finalizar, as perguntas aplicadas funcionaram como instrumento principal de coleta de dados, permitindo compreender as percepções dos moradores sobre os impactos



das enchentes em suas vidas. As respostas foram organizadas e analisadas segundo a abordagem qualitativa, buscando identificar padrões, relatos recorrentes e elementos que evidenciam formas de desigualdade e racismo ambiental presentes na realidade vivida pelas comunidades entrevistadas.

3 RESULTADOS

As entrevistas realizadas com moradores das áreas alagadas revelam um padrão claro de invisibilização social e negligência do poder público. Essas pessoas relataram perdas significativas, como móveis, alimentos e a própria moradia. Algumas famílias foram forçadas a deixar suas casas, enquanto outras permaneceram em locais parcialmente alagados, sem alternativa. Apesar da gravidade da situação, a ajuda recebida do governo foi mínima. Os relatos indicam que, em muitos casos, as únicas ações efetivas foram a entrega de uma ou duas cestas básicas e a construção de pontes provisórias nos bairros atingidos. Nem mesmo o fornecimento de água potável foi garantido pelas políticas públicas municipais. A pesquisa de campo foi realizada no município de Humaitá-AM, tendo como foco analisar os impactos do racismo ambiental associado às alagações do Rio Madeira, que frequentemente afetam a cidade. A visita ocorreu nos bairros: “Nova Esperança” e “Nossa Senhora do Carmo”, que foram atingidos pelas enchentes, locais onde, historicamente, se concentram populações em situação de vulnerabilidade social. Durante a pesquisa, foram entrevistadas seis pessoas, todas moradoras desses bairros, que compartilharam suas experiências e dificuldades enfrentadas durante os períodos de alagações.

As entrevistas foram conduzidas de forma presencial, por meio de perguntas elaboradas, mas as respostas eram livres, buscando compreender os impactos sociais, ambientais e econômicos causados pelas enchentes. Durante as entrevistas, os moradores relataram diversos desafios enfrentados no período da enchente. Uma das entrevistadas, Beatriz Munduruku, 24 anos, moradora do bairro “Nossa Senhora do Carmo”, destacou a perda quase total dos bens materiais de sua família: **“Rapaz, salvar mesmo, a gente não salvou nada não. O que tinha, perdeu tudo.”** Segundo ela, a água tomou conta da casa de forma rápida e imprevisível, não permitindo que retirasse os móveis, eletrodomésticos e roupas. Entre os itens perdidos, estavam armários, televisão, colchões e utensílios de uso diário. Beatriz também revelou a precariedade dos meios de

deslocamento e a falta de apoio por parte do poder público. “**A gente saiu de canoa e rabetinha**”, afirmou a moradora. Indicando que o transporte para sair da área alagada foi improvisado e feito por conta própria. Essa realidade reforça a ausência de ações emergenciais organizadas para evacuar e proteger as famílias atingidas. Outro aspecto levantado foi a dificuldade de encontrar abrigo em locais seguros. A entrevistada mencionou que, ao precisar ir para a cidade com a sogra idosa, não havia onde ficar: “**Ela tinha que vir pra receber o dinheirinho dela e não tinha onde ficar. Então a gente vinha e voltava no mesmo dia**”. Esse tipo de deslocamento forçado, sem garantia de acolhimento, expõe as populações mais vulneráveis a ainda mais riscos. Questionada sobre o apoio recebido, Beatriz afirmou que houve pouca atuação do poder público: “**Acho que umas duas vezes, só cesta, água só uma vez. Tava secando já, quando eles vieram trazer uma caixinha de água, daquelas de copo**”.

Figura 1: Casa da moradora Beatriz Munduruku.



Fonte: Silva, 2025.

O relato de Beatriz evidencia não apenas as perdas materiais enfrentadas pelas famílias atingidas, mas também a fragilidade das políticas públicas e a falta de assistência estruturada para emergências. Sua experiência ilustra como a população mais vulnerável precisa resolver sozinha problemas complexos, desde o deslocamento até a busca por

abrigo e acesso a recursos básicos, reforçando a desigualdade social e ambiental presente no município.

Outro relato é o do morador Welton Soares de Oliveira de 37 anos de idade, que reside em Humaitá há 22 anos, da vicinal “Alto Crato” bairro “Nova Esperança” reforça a sensação de abandono: “**Não. Humaitá é abandonado, os vereadores só querem mesmo o dinheiro público, não representa ninguém, ninguém criou nada até hoje para que essa situação fosse resolvida**”. Quando questionado sobre ter acesso a água tratada para consumo, ele menciona “**Normalmente a gente tem que comprar, porque a gente não recebe ajuda. Quando a prefeitura ou o governo manda, o rio já voltou ao normal, como aconteceu nessa última. Quando chega a ajuda humanitária, normalmente já baixou a água e já volta à normalidade**”.

Com isso, podemos perceber a indignação do morador com relação ao poder público e a falta de apoio efetivo para a população de Humaitá, especialmente em situações de crise, como inundações. O morador demonstra um sentimento de abandono por parte dos representantes locais, como os vereadores, que são acusados de priorizar interesses pessoais em detrimento das necessidades da comunidade.

Figura 2: Casa do morador Welton.



Fonte: Silva, 2025.

O entrevistado menciona que as ajudas chegam após a normalização da situação,



o que indica uma falha no planejamento e na gestão em situações como essas. Essa falta de coordenação pode resultar em desconfiança por parte da população em relação ao governo e suas promessas. O relato demonstra uma crítica à falta de representatividade política em atender às necessidades imediatas da população em momentos críticos.

Antônio Alves da Silva de 45 anos, morador do bairro “Nossa Senhora do Carmo, Beco do Chicória”, em Humaitá, relata que vive há cerca de um ano na região. Essa foi a primeira vez que enfrentou uma cheia no local, que trouxe diversas dificuldades para sua vida e a de sua família. Ele menciona: “**É, deu um pouco de malária, né**” “**É, a água tratada como a gente tem um pouco de sangue indígena, a FUNAI bancou...**” “**Aqui foi perdido tudo, colchão, o que tinha dentro da casa foi perdido tudo**”.

Com isso, podemos perceber a falta de olhar por parte do poder público para com essas famílias, quando o morador cita a questão da malária como doença que aparece nesse período indica um desafio significativo em termos de saúde pública, sugerindo que a falta de acesso a cuidados médicos adequados pode agravar a situação dessas pessoas.

Além disso, o relato sobre a perda de bens materiais, como colchões e outros itens domésticos, destaca a vulnerabilidade econômica e social das famílias.

Figura 3: Casa do morador Antônio.



Fonte: Silva, 2025.

Dessa forma, o relato de Antônio reforça como as enchentes intensificam condições já existentes de vulnerabilidade, atingindo diretamente aspectos essenciais da vida, como saúde, moradia e segurança. A ausência de políticas públicas eficazes e de



suporte contínuo evidencia que essas famílias enfrentam sozinhas os impactos das cheias, muitas vezes recorrendo a ajuda externa pontual ou a iniciativas de órgãos paralelos. Assim, sua experiência revela não apenas perdas materiais, mas também a falta de garantia de direitos básicos, tornando visível a desigualdade social e ambiental que se manifesta no município.

Outro relato é de José Ferreira Araújo, morador do bairro “Nossa Senhora do Carmo”, em Humaitá, afirma que nasceu e foi criado na cidade, onde vive até hoje. Apesar disso, ele relata que não morava em áreas de alagação, mas que recentemente passou a ser afetado pelas cheias.

Uma das principais consequências das alagações, segundo ele, é a disseminação da malária, que atinge os moradores da região. Sobre o acesso à água tratada, José explica que a população precisa comprar por conta própria, e os valores são instáveis: **“Tem dias que baixa, aumenta. Varia os preços. Mas não é disponível, você mesmo tem que comprar”.**

Com relação ao apoio do poder público durante os períodos de cheia, ele relata que houve apenas uma obra simples: **“Teve, mas custou, né? Foi só a ponte”**. José menciona que recebeu um benefício, mas ressalta que são insuficientes: **“Recebemos cestas básicas, mas é pouco”**. Durante a enchente, ele e sua família precisaram sair de casa. Quando perguntado se foram para uma residência própria, respondeu: **“Cedidas pelas famílias”**.

Isso indica que só conseguiram abrigo com ajuda de parentes, por não terem condições de se manter sozinhos em outro lugar.

Figura 4: Casa do morador José



Fonte: Silva, 2025.

Por fim, José expressa o desejo comum entre os moradores afetados: “**É bom, né?**”. Disse,

ao falar sobre a ideia de viver em um lugar seguro, sem alagações todos os anos. Podemos perceber a oscilação dos preços dos itens essenciais nesse período de cheia, por mais que o morador tenha recebido algum tipo de ajuda, isso não é o suficiente para suprir as necessidades.

Vanusa Sousa da Costa Soares de 30 ano de idade, moradora da vicinal Alto Crato, bairro Nova Esperança relata ainda que: “**Nós que se viramos e compramos água para consumo, e a gente fica com dificuldade para ir buscar, porque não temos canoa e pegamos emprestado do vizinho ali de cima**” “**E nós também não recebemos ajuda da prefeitura, eles só deram as madeiras pra construir e nós moradores que tivemos que se virar pra construir**”.

Portanto, evidencia-se a vulnerabilidade social enfrentada por essas famílias durante o período de cheia, marcada pela ausência de apoio efetivo do poder público, fazendo com que os próprios moradores precisem se organizar e apoiar uns aos outros para enfrentar a situação.

Nos relatos, os moradores destacaram que, além dos prejuízos materiais, como perda de móveis, alimentos e estruturas das residências, também sofrem com a falta de apoio efetivo do poder público. Muitos enfatizaram que vivem em áreas frequentemente negligenciadas pelas políticas públicas, tanto na prevenção das enchentes quanto no suporte pós-enchente.



Observou-se que a maioria desses bairros afetados estão localizados em áreas de risco, historicamente ocupadas por populações de baixa renda, muitas vezes compostas por grupos étnicos marginalizados. Essa realidade reflete diretamente a manifestação do racismo ambiental, que se evidencia na omissão do Estado e na falta de planejamento urbano que priorize a segurança e o bem-estar dessas populações. Assim afirmam Acselrad Mello e Bezerra (2009, p. 18-19):

Nos anos 1970, sindicatos preocupados com a saúde ocupacional, grupos ambientalistas e organizações de minorias étnicas se articularam para elaborar, em suas respectivas pautas, o que entendiam por "questões ambientais urbanas". Alguns estudos já apontavam a distribuição espacialmente desigual da poluição segundo a raça das populações mais expostas a ela, sem, contudo, conseguir mudar a agenda pública a partir das evidências reunidas. Em 1976-77, diversas negociações foram realizadas tentando montar coalizões destinadas a fazer entrar na pauta das entidades ambientalistas tradicionais o combate à localização de lixo tóxico e perigoso, que era predominante em áreas de concentração residencial de população negra.

Nesta linha de pensamento, fica evidente que já havia estudos que apontavam essa desigualdade na distribuição da população, assim as populações negras e as marginalizadas eram mais expostas a riscos ambientais.

Além dos danos físicos, os entrevistados relataram problemas de saúde decorrentes da enchente, como infecções, doenças de pele e problemas respiratórios, além de impactos emocionais como medo, insegurança e ansiedade diante da possibilidade de novas alagações, que ocorrem quase todos os anos.

Durante a observação, foi possível perceber que os bairros afetados apresentam infraestrutura precária, com saneamento básico insuficiente, ruas em más condições e ausência de medidas preventivas eficazes. Esses elementos reforçam a

desigualdade ambiental presente no município e como ela atinge, de forma desproporcional, determinados grupos da população. De forma geral, as enchentes não atingem apenas os bairros citados acima, porém os moradores que mais são afetados são considerados negros e pessoas de baixa renda. É notório que esses moradores clamam por justiça ambiental, conforme Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 16-17):

A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o "meio ambiente" é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e



realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades. A noção de justiça ambiental afirma, por outro lado, o direito de todo trabalhador a um meio ambiente de trabalho sadio e seguro, sem que ele seja forçado a escolher entre uma vida sob risco e o desemprego. Afirma também o direito dos moradores de estarem livres, em suas casas, dos perigos ambientais provenientes das ações físico-químicas das atividades produtivas.

Ou seja, a justiça ambiental é entendida como um direito de todas as pessoas a viverem em um ambiente que seja mais seguro. Por mais que frequentemente são os negros e de baixa renda que estão expostas a esses riscos todos tem o direito de viverem em suas casas sem estarem expostos a riscos ambientais.

Portanto, é fundamental reconhecer que os eventos de cheia em Humaitá não são apenas desastres naturais, mas também expressões de desigualdade ambiental. A falta de investimento em prevenção, infraestrutura adequada e assistência digna evidencia um contexto de injustiça socioambiental que atinge desproporcionalmente os mais pobres. É nesse sentido que o conceito de justiça ambiental se faz urgente, exigindo que o acesso à proteção ambiental seja universal, respeitoso com a dignidade humana de todas as comunidades.

Figura 5: Bairros afetados pela enchente.



Fonte: Araújo, 2025.



Fonte: Insta Humaitá, 2025

Figura 6: Ruas alagadas



Fonte: Araújo, 2025



Fonte: Araújo, 2025.

Nesse contexto, é urgente ampliar o debate sobre justiça ambiental e exigir a inclusão real das populações que vivem em situações vulneráveis nas decisões que afetam seus territórios. O reconhecimento das desigualdades ambientais deve ser acompanhado de ações concretas e estruturais, que respeitem o direito à moradia, à saúde, à segurança e à dignidade de todas as comunidades, especialmente daquelas que historicamente têm sido negligenciadas.

4 DISCUSSÃO

A realização da pesquisa de campo em Humaitá-AM, nos mostrou que os eventos da cheia no município e em muitos outros lugares, não podem ser entendido apenas como desastre naturais, mas como uma injustiça histórica e ambiental com povos totalmente marginalizados, como as pessoas negras, de baixa renda, ribeirinhos e dentre outros excluídos por uma sociedade opressora, sofrendo com a negligência do estado e a falta de políticas públicas, onde o governo apenas prega discursos de melhorias ensaiados sem de fato realizar essas promessas.

E esse fato foi confirmado pela fala dos moradores que vivem nessas áreas mais afetadas pela cheia no município, seus relatos totalmente marcados por sentimento de abandono, desamparo e revolta. Essa pesquisa nos proporcionou os saberes da



importância da escuta e a valorização dos saberes locais, nos mostrando as verdadeiras dificuldades que determinados grupos de pessoas enfrentam, isso evidencia o silenciamento pelas estruturas institucional e a falta de planejamento urbano. Os moradores conhecem sua realidade como ninguém, e suas vivências revelam as verdadeiras dificuldades enfrentadas cotidianamente, muitas vezes ignoradas por quem vive em outras partes da mesma cidade.

Portanto, este trabalho representa um esforço de romper com essa lógica de invisibilidade, oferecendo espaço para que essas vozes sejam ouvidas e reconhecidas em sua legitimidade. Reconhecer o racismo ambiental como uma prática estrutural é fundamental para que possamos combatê-lo de forma eficaz, promovendo justiça socioambiental. É urgente repensar as políticas públicas, a atuação do poder público e a distribuição de recursos, a fim de garantir a todos os cidadãos o direito a um ambiente seguro, saudável e digno de moradia. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa, onde todas as vidas, independentemente de sua localização geográfica ou condição social, sejam verdadeiramente valorizadas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia; BEZERRA, Gustavo. **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BULLARD, Robert. **Dumping in Dixie: Race, class, and environmental quality.** Boulder: Westview Press, 1993.

HERCULANO, Selene. Racismo ambiental: a estruturação do risco e a injustiça ambiental. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, 2011.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica:** uma poética do imaginário. Belém: EDUFPA, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.



MONTEIRO, L.; SANTOS, R.; SOUZA, M.; VIEIRA, A. **Racismo estrutural e injustiça ambiental no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Sociais, v. 19, p. 118-130, 2023.

PACHECO, Tania. **Racismo ambiental:** uma leitura sobre injustiças socioambientais no Brasil. Revista de Estudos Afro-Brasileiros, v. 8, n. 2, 2019.

PORTE, Marcelo Firpo de Souza. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil:** o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.